



XII CONFERENCIA INTERNACIONAL DE  
BIBLIOTECAS Y REPOSITARIOS DIGITALES

18 al 20 de octubre de 2023

SEDE

MONTEVIDEO (URUGUAY)

Actas de la Conferencia Internacional BIREDIAL-ISTEC 2023 / Fernanda Beigel ...  
[et al.] ; Compilación de Marisa De Giusti ; Coordinación general de Marisa De  
Giusti ; Editado por Analía V. Pinto. - 1a ed compendiada. - La Plata :

Universidad

Nacional de La Plata. SEDICI, 2024.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-950-34-2375-2

1. Bibliotecología. 2. Recursos Informáticos. I. Beigel, Fernanda II. De Giusti,  
Marisa, comp. III. Pinto, Analía V., ed.

CDD 020.7

Coordinación general de la edición: DRA. MARISA R. DE GIUSTI

Edición, maquetación y corrección de estilo: Esp. ANALÍA V. PINTO

Diseño de tapa: DCV LUCAS E. FOLEGOTTO

Esta obra se edita bajo una licencia [CC-BY](#).



# A aplicação da metodologia das boas práticas na submissão e autoarquivamento de recursos educacionais abertos em repositórios

**EVA PRISCILA VIEIRA DANN**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**CATERINA MARTA GROPOSO PAVÃO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

## **EIXO TEMÁTICO**

Comunicación académica, científica y cultural en abierto

## **RESUMO**

O presente artigo discute a respeito da adoção de boas práticas para a submissão e o autoarquivamento de recursos educacionais abertos em repositórios, de modo a incentivar a criação de políticas para o acervo desses objetos. Recursos educacionais abertos são materiais voltados ao ensino, aprendizagem e pesquisa, produzidos em diferentes suportes e formatos, depositados em repositórios digitais através do autoarquivamento, feito pelo próprio autor ou pessoa autorizada. Boas práticas são o conjunto de técnicas ou procedimentos identificados como os mais adequados para a realização de determinada tarefa. Com relação à metodologia empregada, trata-se de um estudo qualitativo, de natureza aplicada e com análise exploratório-descritiva. Inicialmente, realizou-se seleção de repositórios que pudessem ser avaliados quanto à adoção de boas práticas na avaliação dos objetos em tela. Após, procedeu-se à pesquisa documental nos repositórios selecionados e à análise dos dados obtidos. Com isso, foi possível compor um conjunto de boas práticas com aplicação possível para a submissão e autoarquivamento de recursos educacionais abertos, em diferentes contextos institucionais. Conclui-se que a elaboração de normativas para armazenar esses objetos é fundamental, pois proporciona melhoria dos fluxos e procedimentos e promove assim o compartilhamento, uso e reúso dos recursos educacionais disponibilizados.

## **PALAVRAS CHAVE**

Recurso educacional aberto; boas práticas; autoarquivamento. Open educational resource; best practices; self-archiving.

## **Introdução**

A Iniciativa dos Arquivos Abertos (Open Archives Initiative – OAI) e o Movimento do Acesso Aberto (Open Access Movement – OAM) são ações surgidas nos anos 1990 que visam armazenar, divulgar e compartilhar pesquisas científicas, de modo a trazer novas perspectivas aos dados, aos documentos e à informação, por meio das ferramentas livres de autoarquivamento (Galvino et al., 2020, p. 35). O acesso aberto (AA) propicia a criação de repositórios digitais, instrumentos concebidos com a intenção de facilitar o acesso, organizar, reunir e disponibilizar a produção científica dos pesquisadores, podendo dividir-se em repositórios temáticos ou institucionais (Leite et al., 2012, p. 7).

Assim, os repositórios digitais são bases de dados de fonte, voltadas à divulgação científica (Rocha; Dorfman, 2015), sendo através deles que se disponibilizam os recursos informacionais em formato digital. Nesse sentido, podemos considerar os repositórios institucionais (RIs) como elementos essenciais ao AA, pois eles são elementos de inovação do sistema de comunicação científica e dos meios de gerenciamento da informação (Leite et al., 2012, p. 7). Os RIs são grandes bibliotecas digitais, onde o conhecimento de uma coletividade é armazenado, aspirando, como já dito, o acesso e a preservação de longo prazo. Por isso, podemos dizer que os RIs possuem uma função também política, já que eles são capazes de integrar a rede informacional de um país, constituindo-se em atores políticos do movimento internacional de apoio ao livre acesso à informação científica (Marcondes; Sayão, 2009, p. 9).

Atualmente, em virtude das mudanças ocorridas nos modos de ensinar e aprender que permitiu a inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na Educação, os RIs armazenam, entre uma gama de itens, os Recursos Educacionais Abertos (REAs). Em virtude de suas características e finalidades, os RIs são instrumentos que favorecem o uso e reúso dos REAs, no âmbito das universidades e institutos de pesquisa, uma vez que possibilitam armazenar, preservar e disseminar os materiais neles depositados. Por objetos digitais com características e finalidades próprias, cabe a essas instituições desenvolver políticas e promover o desenvolvimento de boas práticas para a submissão e autoarquivamento de REAs em seus RIs, no sentido de fomentar não só a criação, mas também a publicação de REAs entre seus pesquisadores.

Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre a aplicação de boas práticas aos procedimentos de submissão e autoarquivamento de REAs em repositórios. Para tanto, está dividido da seguinte maneira: na seção 2, delimitamos as definições e características dos REAs e da educação aberta (EA). Na seção 3, descrevemos o conceito de boas práticas e abordamos as políticas de coleção que, de modo geral, sustentam os procedimentos de submissão e autoarquivamento de itens em repositórios. A seção 4 expõe a metodologia que elaboramos para, a partir da seleção e pesquisa documental em RIs brasileiros e americanos, identificar e elencar um conjunto de boas práticas para a submissão e autoarquivamento de REAs. A seção 5 apresenta os resultados preliminares encontrados. Na última seção, encontram-se as nossas considerações finais.

### **A educação aberta e os REAs**

A evolução dos artefatos comunicacionais e o aparecimento de novas tecnologias promoveram uma série de transformações com impactos marcantes sobre as relações sociais, as quais mudaram a sociedade e as

formas de aquisição do conhecimento. Tais transformações, especialmente as ocorridas ao longo do século XX, foram fundamentais para a formação da sociedade em rede, produto da sociedade da informação.

Com relação à Educação, Cardoso e Pinto (2021, p. 78-79) afirmam que a realidade presente na sociedade em rede vem alterando processos educativos e contribuindo com a recuperação da antiga dimensão comunitária de aprendizagem, o que permite a ascensão de novos meios de autoformação. Com isso, temos um deslocamento no modo como pensamos a função social da educação. Essa conjuntura cria as condições necessárias para o advento da EA. Compreendida como um conceito mais amplo que o da Educação a Distância (EaD), a EA surgiu nos anos 1970 como um dos movimentos educacionais mais relevantes do século XXI.

Tendo por base, entre outros, a convergência e evolução dos recursos educativos abertos, do software livre, do livre acesso, dos MOOCs, da ciência aberta e de um conjunto de mudanças sociais e econômicas, a matriz deste movimento ultrapassa o mero acesso a conteúdos e recursos e associa-se a uma nova filosofia educativa, a novos valores baseados na abertura, na ética da participação e na colaboração (Aires, 2016, p. 258).

A EA consiste em um modelo educacional que utiliza as TICs nos processos de ensino-aprendizagem, a fim de tornar o conhecimento acessível e gratuito a todos, flexibilizar processos avaliativos, entre outros aspectos, podendo ser aplicada a diferentes modalidades e níveis de ensino. Ela configura uma série de operações, as quais objetivam democratizar o ensino e tornar o conhecimento disponível a todo e qualquer cidadão.

Com propósitos semelhantes, os REAs são dispositivos que impulsionam mudanças nos processos de ensino-aprendizagem. Amiel (2012, p. 24) nos diz que o acesso a esses materiais é essencial para a criação de arranjos de ensino e aprendizagem mais versáteis. O autor compreende que os REAs colaboram na formulação de novas configurações de aprendizagem e ensino, sendo caracterizados como todo e qualquer material produzido com fins

pedagógicos, desde que sejam de domínio público e estejam disponibilizados com uma licença aberta. Além disso, os REAs, da mesma forma que os movimentos do AA e da EA, pertencem ao ecossistema da CA e foram fortemente influenciados pelo desenvolvimento das TICs.

De acordo com Dutra e Tarouco (2007, p. 2), REAs são “[...] materiais educacionais digitais disponibilizados de forma livre e aberta para a comunidade acadêmica em geral, que os utilizam para o ensino, aprendizagem e pesquisa.” A primeira definição mais conhecida e amplamente difundida foi elaborada pela UNESCO em 2002, onde considera que os REAs são “[...] materiais de ensino, aprendizado e pesquisa em qualquer meio disponível no domínio público, que foram disponibilizados com licenças abertas, permitindo acesso, uso, redesignação, reutilização e redistribuição por terceiros, com poucas ou sem nenhuma restrição [...]” (United..., 2011). Assim, um REA pode abranger diferentes tipos, suportes e conteúdos de aprendizagem, como cursos completos; módulos de cursos; livros; materiais de disciplinas; artigos; vídeos; áudios; podcasts; animações; simulações; sites; jogos; mapas; imagens; infográficos; entre outros objetos de aprendizagem.

A fim de facilitar seu uso e reúso, um REA necessita distinguir-se por aspectos técnicos e legais. Dessa forma, eles estão baseados nos princípios da abertura técnica, garantida pela interoperabilidade, e das licenças de uso, que asseguram aos autores o crédito da obra, permitindo, simultaneamente, que os usuários do REA possam copiá-lo, compartilhá-lo e distribuí-lo (Educação..., 2013). Uma das licenças abertas amplamente aceitas e utilizadas são as Creative Commons (CC), as quais permitem socializar o conhecimento produzido, sem tirar o mérito do autor (Pavão et al., 2020, p. 236).

Para Mazzardo et al. (2020), são as permissões dos REAs as responsáveis por informar o que é possível fazer com o recurso. Os autores citam que, através das liberdades do software livre, Willey definiu os chamados 5R para abertura dos REAs, capazes de ampliar as possibilidades de uso pedagógico de tais materiais. A viabilização dos 5R de abertura dos REAs ocorre justamente

em virtude das licenças abertas. Além disso, consistem em uma maneira de aumentar a produção e o compartilhamento de REAs e, conseqüentemente, o acesso ao conhecimento. A Figura 1 apresenta os 5R de abertura dos REAs.



**Fonte:** (FENGCHUN et al., 2019; FURNIEL; MENDONÇA; SILVA, 2020, adaptado).

FIGURA 1. 5R de abertura dos REAs

Fonte: Gusmão et al. (2020, p. 8).

As noções estabelecidas aos REAs admitem certa flexibilidade, já que instituições e órgãos de pesquisa produtores desses objetos necessitam conceituá-los, de tal modo que o conceito estabelecido faça sentido aos propósitos e à realidade da instituição. Logo, cabe compreender que os REAs precisam possuir características comuns a toda a comunidade científica, enquanto os conceitos mais específicos são delimitados pelas próprias instituições. De acordo com a UNESCO:

Independentemente de sua definição conceitual, os REA abrangem uma ampla gama de recursos de aprendizagem. As características gerais dos REA são as seguintes:



- Podem designar qualquer tipo de recurso de aprendizagem.
- Frequentemente, mas não exclusivamente, são apresentados em formato digital.
- formato facilita a reutilização, o intercâmbio e a adaptação do recurso a um ambiente educacional diferente do original, por isso são muitas vezes digitais (United..., 2020, p. 12, tradução nossa).

Portanto, elaborar definições claras aos REAs, alinhadas ao planejamento estratégico da instituição é, sem dúvida, um dos motores de fomento ao autoarquivamento de REAs em repositórios. Uma comunidade acadêmico-científica que sabe efetivamente o que são recursos educacionais, que dispõe de normativas e orientações sobre quais são as características e os requisitos pedagógicos, técnicos e legais envolvidos, certamente terá maior engajamento na produção, uso e reúso desses objetos.

### **As boas práticas e as políticas de submissão e autoarquivamento em repositórios**

A metodologia conhecida por boas práticas é uma abordagem de aplicação em diversas áreas do conhecimento. Com origem na expressão inglesa best practices ou good practices, as boas práticas são um conjunto de técnicas ou procedimentos identificados como os mais adequados para a realização de determinada tarefa. Elas possuem o intento de arrolar requisitos ou padrões de gestão, proporcionando melhores resultados. Bretschneider et al. (2005), assim as definem:

O termo “boas práticas” implica aquilo que é o melhor, quando comparado a qualquer alternativa para uma ação em curso e aquilo que é uma prática planejada, para alcançar algum objetivo. Por isso, existem três características importantes associadas a uma “boa prática”:

- 1) um processo comparativo,
- 2) uma ação, e

- 3) uma ligação entre a ação e algum resultado ou meta. (Bretschneider et al., 2005, p. 309, tradução nossa).

Por estabelecer requisitos mínimos e protocolos para a realização de tarefas, as boas práticas, aplicadas aos repositórios tanto na fase de construção quanto na de manutenção, asseguram sua qualidade, oportunizando maior visibilidade (Leite et al., 2012). Entendemos que, dentre as boas práticas aplicáveis aos repositórios, estão as que se referem à implementação de políticas de autoarquivamento de itens.

O OAM é um dos grandes impulsionadores das políticas de autoarquivamento, sendo esta, conforme Pinheiro e Ferrez (2014, p. 36) e Freitas et al. (2021, p. 170), a ferramenta resultante dessas iniciativas. O autoarquivamento consiste no depósito de um documento pelo próprio autor em um repositório digital. Para tanto, são utilizados conjuntos de metadados definidos pela Open Archives Initiative, organização norte-americana que desenvolve e promove padrões de interoperabilidade, o que favorece o intercâmbio do conteúdo e de informações em formatos digitais.

A submissão é o procedimento relacionado à etapa de entrega da versão final de determinado item, para depósito em um repositório. Ela envolve a transferência de custódia do material do produtor ao consumidor. De acordo com Flores et al. (2017), o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS) engloba os conceitos mais relevantes para o arquivamento de objetos digitais, definindo “[...] um ambiente de preservação digital, por meio de um conjunto mínimo de responsabilidades [...]” (Flores et al., 2017, p. 74). O modelo traz, ainda, a definição de três papéis para as entidades de seu ambiente, quais sejam, produtor, administrador e consumidor.

O produtor é o papel desempenhado por pessoas ou sistemas externos que fornecem a informação a ser preservada. Nesse caso, os produtores podem ser tantos os sistemas de produção de documentos digitais quanto os indivíduos que estão diretamente ligados a sua produção. O Administrador é o papel

desempenhado por aqueles que definem a política em um nível mais amplo, como parte de uma organização. Como, por exemplo, a política de gestão e de preservação digital, que deve ser desenvolvida pelo arquivo com o apoio da alta administração a fim de ser a principal fonte de financiamento de um OAIS. No entanto, não está envolvida diretamente nas operações de arquivo do dia-a-dia. O consumidor é o papel desempenhado por pessoas que procuram encontrar informações de seu interesse, através de pedido de informações ou por plataformas que viabilizam o acesso aos documentos (Flores et al., 2017, p. 74).

Com relação à submissão, o OAIS indica que ela ocorre por meio da entidade funcional denominada ingestão, onde o pacote de submissão é avaliado e conferido, podendo existir para tanto um fluxo de submissão. Tal entidade é composta pelos “[...] serviços necessários para preparar os conteúdos de armazenamento e gerenciamento de dados dentro do Arquivo OAIS, através de Pacotes de Informação para Submissão (SIP).” (Flores et al., 2017, p. 74). Em vista dos elementos apontados, acreditamos que o incentivo à implantação de políticas de submissão e autoarquivamento deve ser continuamente estimulado nas universidades e institutos de pesquisa, com vistas a conduzir os autores e pesquisadores ao depósito dos objetos digitais que são foco deste trabalho.

### **Procedimentos metodológicos**

Este estudo consiste em uma pesquisa qualitativa de natureza aplicada, com análise exploratório-descritiva, que se encontra em fase de ampliação de suas investigações. No projeto-piloto, realizado no período compreendido entre novembro/2022 a março/2023, procedemos inicialmente a uma seleção de RIs, com o intuito de localizar aqueles que pudessem ser analisados, quanto à adoção de boas práticas na elaboração e avaliação de REAs. Para tanto, realizamos buscas por repositórios com boa visibilidade, através do Ranking

Web of Repositories, o Webometrics. Os registros de ranqueamento utilizados foram os da 14ª edição do Transparent Ranking: Institutional Repositories by Google Scholar, datada de junho de 2022. A fim de compor uma amostra, optamos por escolher os três primeiros repositórios brasileiros e os três primeiros americanos que contivessem os parâmetros desejados, isto é, uso do software Dspace e ser de um repositório do tipo institucional.

A partir disso, buscamos o repositório no Webometrics, conforme o ranqueamento e, em seguida, por meio do Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR), conferimos se os parâmetros estavam presentes. Após, procedemos ao acesso à URL do repositório, com o intuito de localizar explicitamente os REAs em cada um deles, procurando pelo tipo de documento/conteúdo ou comunidade/coleção. Decidimos, ainda, selecionar somente aqueles repositórios que destinam um espaço específico aos REAs, podendo ser tal espaço uma comunidade, subcomunidade ou coleção. Os repositórios brasileiros encontrados sob esta perspectiva foram o Repositório Digital Institucional da Universidade Federal do Paraná – Acervo Digital; o Repositório Institucional Fundação Oswaldo Cruz – ARCA; e o Repositório da Universidade Federal de Pernambuco – Attena. Com relação aos repositórios americanos, foram selecionados o MIT Institutional Repository, o University of Michigan Deep Blue e o OAK Trust Texas A&M University Repository. Cabe ressaltar que o Repositório Digital da UFRGS, o Lume, que ocupava o segundo lugar entre os RIs mais bem colocados na 14ª edição do Transparent Ranking foi excluído da seleção, já que tínhamos o intuito de observar outras realidades, distintas do nosso contexto institucional.

A etapa seguinte configurou-se na realização de pesquisa documental nos sítios de cada repositório, de modo a localizar instrumentos, manuais, tutoriais, treinamentos ou outros materiais, que demonstrassem orientações de caráter institucional dos repositórios aos autores/depositantes, com vistas à divulgação de boas práticas entre suas comunidades acadêmicas, com enfoque na submissão e no autoarquivamento de REAs. Por fim, as

informações obtidas foram analisadas e, a partir delas, foi possível compor um conjunto de boas práticas adotadas pelos RIs examinados. Na próxima seção, listamos as boas práticas que acreditamos ser de aplicação possível ao contexto dos RIs em diferentes cenários e instituições.

### **Resultados preliminares**

Os repositórios analisados apresentam duas importantes particularidades. Com relação à primeira, podemos dizer que enquanto os RIs brasileiros dispõem de normativas ou orientações específicas para o depósito de REAs, os RIs americanos não as disponibilizam de modo específico, mas contemplando todas as suas comunidades, subcomunidades e/ou coleções.

No que concerne à segunda diferenciação, embora os RIs americanos não contenham normativas exclusivas aos REAs, estas, em algum momento, versam sobre a existência da figura de um administrador ou grupo de administradores para suas comunidades, subcomunidades e coleções. Além de nos fazer convergir para a ideia de que a avaliação por pares em RIs está melhor consolidada nos Estados Unidos, quando comparada ao Brasil, o fato vai de encontro ao que compreendemos ser a tarefa de um comitê consultivo para REAs.

Em suma, a partir da pesquisa documental realizada e percebendo que RIs com normas e políticas adequadas possuem comunidades, estruturas e arranjos mais consolidados nas instituições de ensino e pesquisa a que estão ligados, conseguimos listar um conjunto de boas práticas, que julgamos relevantes de serem observadas pelas equipes de trabalho durante os procedimentos de submissão, depósito e armazenamento de REAs:

- 1)** definir/conceituar REA em nível institucional, pois é fundamental a presença de definições claras, que informem o que é e o que não é REA para a instituição;

- 2) prever uma política para os acervos dos REAs, que oriente e dê ciência acerca dos procedimentos que a comunidade acadêmica precisa seguir na inclusão de conteúdos.
- 3) quando os procedimentos forem realizados por mais de uma equipe responsável, estas devem elaborar checklists e manuais de procedimentos, preferencialmente em conjunto ou partilhar informações entre si;
- 4) divulgar para sua comunidade e público em geral sobre os benefícios da produção, publicação e disseminação de REAs, fomentando o uso e reuso dos objetos;
- 5) determinar local(is) específico(s) de seu repositório para o armazenamento dos REAs, indicando se estes objetos serão subdivididos de alguma maneira (por exemplo, por área do conhecimento) ou não;
- 6) orientar seus autores quanto às características técnicas e pedagógicas dos REAs. Nesse sentido, é importante a construção de tutoriais para autores e, quando o depósito é mediado, também para depositantes e revisores/validadores;
- 7) indicar as tipologias possíveis ao autoarquivamento de REAs no RI, os formatos de arquivo admitidos para cada tipologia, as orientações gerais para o upload de arquivos, os critérios e formas de embargo de conteúdos, entre outros;
- 8) indicar sob que licenças os REAs são disponibilizados;
- 9) orientar rigorosamente quais metadados e como os metadados de um RE precisam ser descritos, por que são descritos de determinada forma e qual a importância da descrição correta;
- 10) ter um administrador (pessoa ou grupo) para cada comunidade, subcomunidade ou coleção do RI que contenha REAs, para que melhor gestão técnica do acervo, e um ou mais administradores, com funções exclusivas de curadoria dos conteúdos, garantindo assim o cumprimento de requisitos técnicos e pedagógicos.

## Considerações finais

As políticas existentes em repositórios devem favorecer a efetivação, manutenção adequada e revisão de métodos, de modo a promover o engajamento da comunidade acadêmica a qual pertence. De acordo com Melero (2007), o sucesso do autoarquivamento em repositórios institucionais deve-se ao fato de que estes são realmente a imagem da produção científica da instituição. Para o autor, as políticas sobre exigência ou recomendação exercem grande influência na efetividade do autoarquivamento dos objetos.

Neste trabalho, intentamos elencar, a partir da seleção e análise de RIs brasileiros e americanos, um conjunto de boas práticas aplicáveis na elaboração, submissão e autoarquivamento de REAs em repositórios. Entendemos que a pesquisa aqui apresentada pode qualificar os fluxos e procedimentos adotados na submissão e autoarquivamento de REAs. No âmbito das universidades e órgãos de pesquisa, a adoção de boas práticas pode promover debates institucionais sobre os REAs, itens depositados nos acervos com características e finalidades peculiares. Como sequência aos estudos, pretendemos ampliar a pesquisa para mais instituições, além de outros países, o que provavelmente aprimorará os resultados.

## Bibliografía

- ACERVO DIGITAL DA UFPR. (2022). [Portal eletrônico da UFPR].  
<<https://acervodigital.ufpr.br/>>
- AIRES, L. (2016). E-Learning, educação online e educação aberta: contributos para uma reflexão teórica. *RIED*, 19(1): 253-269.  
<<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5034/1/14356-27074-1-PB.pdf>>
- AMIEL, T. (2012). Educação aberta: configurando ambientes, práticas e recursos educacionais. In: Santana, Bianca; Rossini, Carolina; Pretto, Nelson De Lucca (Org.). *Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas públicas* (pp. 17-33).  
<<https://www.aberta.org.br/livrorea/livro/livroREA-1edicao-mai2012.pdf>>

- ARCA, REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA FIOCRUZ. (2022). [Portal eletrônico da Fiocruz]. <<https://www.arca.fiocruz.br/>>
- ATTENA, REPOSITÓRIO DIGITAL DA UFPE. (2022). [Portal eletrônico da UFPE]. <<https://attena.ufpe.br/>>
- BRETSCHNEIDER, S.; MARC-AURELE JUNIOR, F. J.; WU, J. (2005). Best practices research: a methodological guide for the perplexed. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 15(2), 307-323. DOI: <<https://doi.org/10.1093/jopart/mui017>>
- CARDOSO, T. M. L.; PINTO, J. P. (2021). Recursos educacionais abertos e educação aberta na sociedade em rede. *Páginas A&B, n. esp.*, 78-82. <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/157330>>
- CYBERMETRICS LAB. (2022). Ranking Web of Repositories. Transparent ranking: institutional repositories by Google Scholar. 14th. ed. <<https://repositories.webometrics.info/en/institutional>>
- DEEP BLUE DOCUMENTS. (2022). [Portal eletrônico da University of Michigan Library]. <<https://deepblue.lib.umich.edu/documents>>
- DSPACE@MIT. (2022). [Portal eletrônico do Massachusetts Institute of Technology]. <<https://dspace.mit.edu/>>
- DUTRA, R. L. DE S.; TAROUÇO, L. M. R. (2007). Recursos educacionais abertos (Open Educational Resources). *Revista Novas Tecnologias na Educação, UFRGS*, 5(1). <<http://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/14171/8099>>
- EDUCAÇÃO ABERTA. (2013) Recursos Educacionais Abertos (REA): um caderno para professores. <<http://educacaoaberta.org/cadernorea>>
- FLORES, D.; PRADEBON, D. S.; CÉ, G. (2017). Análise do conhecimento teórico-metodológico da preservação digital sob a ótica da OAIS, SAAI, ISO 14721 e NBR 15472. *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*, 11(4), 72-80. <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7511/4790>>
- FREITAS, M. P. DE; DAL'EVEDOVE, P. R.; TARTAROTTI, R. C. D. (2021). Políticas de autoarquivamento em repositórios institucionais brasileiros: estudo analítico do metadado assunto. *Páginas A&B, n. esp.*, 169-175. <<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/157369>>
- GALVINO, C. C. T.; ROSA, M. N. B.; OLIVEIRA, B. M. J. F. DE. (2020). O movimento de Acesso Aberto e a Ciência Aberta: uma proposta de repositório de dados e memória na universidade federal de alagoas. *Ciência da Informação em Revista*, 7(1), 34-45. <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/139970>>
- GUSMÃO, C. M. G. DE; MACHIAVELLI, J. L.; SILVA, A. C. V.; PONTES, S. V. N. S.; CORREIA, J. A. DA S.; BORBA, V. DA R. (2020). Manual para autodepósito de Recursos Educacionais Abertos no repositório attena da Universidade Federal de Pernambuco. <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38464>>



- LEITE, F. C. L.; AMARO, B.; BATISTA, T.; COSTA, M. (2012). Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica. Rio de Janeiro: IBICT. <<https://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>>
- MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. Introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: Sayão, L. F.; Toutain, L. B.; Rosa, F. G.; Marcondes, C. H. (org.). (2009). Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação (pp. 9-21). Salvador: EDUFBA. <<https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/473>>
- MAZZARDO, M. D.; MALLMANN, E. M.; JACQUES, J. S.; SCHNEIDER, D. DA R.; SCHRAIBER, R. T.; LAUERMANN, R. A. C.; ALBERTI, T. F.; MORISSO, M. M.; REGINATTO, A. A. (2020). Fluência Tecnológico-Pedagógico (FTP) e recursos educacionais abertos (REA). Santa Maria: UFSM, GEPETER. <<https://gepeter.proj.ufsm.br/pressbook/livrorea/>>
- MELERO, R. (2007). Políticas sobre el libre acceso a la producción científica y la respuesta de los autores. In: IV Congreso de Comunicación Social de la Ciencia, Madrid, Espanha. <<https://digital.csic.es/bitstream/10261/1492/1/OA5rm.pdf>>
- OPENDOAR. (2022). <<https://v2.sherpa.ac.uk/opensoar/>>
- PAVÃO, C. G.; CARNEIRO, M. L. F.; FERREIRA, M. K. (2020). A implantação da comunidade de recursos educacionais no Lume/UFRGS. In: Mallmann, E. M.; Jacques, J. S.; Reginatto, A. A.; Alberti, T. F. (Orgs.). REA: teoria e prática (pp 229-246). Pimenta Cultural. <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/217355>>
- PINHEIRO, L. V. R.; FERREZ, H. D. (2014). Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação. Rio de Janeiro: IBICT. <<http://sitehistorico.ibict.br/publicacoes-e-institucionais/tesouro-brasileiro-de-ciencia-da-informacao-1>>
- ROCHA, R. P. DA; DORFMAN, A. (2015). O Unbral Fronteiras em busca de boas práticas na divulgação e preservação da produção acadêmica. *Anuário Unbral das fronteiras brasileiras*, 1, 87-91. <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/150003>>
- THE OAKTRUST DIGITAL REPOSITORY. (2022). [Portal eletrônico da Texas A&M University Libraries]. <<http://oaktrust.library.tamu.edu/>>
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. (2020). Directrices para la elaboración de políticas de recursos educativos abiertos. Paris: UNESCO. <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373558>>
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. (2011). Guidelines for open educational resources (OER) in higher education. France: UNESCO. <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000213605>>